

EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES PÚBLICAS DE ENSINO PRIMÁRIO DE CAMPO GRANDE, SUL DE MATO GROSSO (1920-1970)

Paolla Rolon Rocha ¹
Margarita Victoria Rodríguez ²

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo a expansão do ensino primário em Campo Grande. O objetivo é analisar como se deu a expansão das instituições escolares, tanto no âmbito da política como na criação de instituições públicas municipais e os grupos escolares estaduais na cidade. Na metodologia será feito um estudo bibliográfico sobre o tema e análise das fontes documentais, como regulamentos, legislações, entre outros. Alguns dos aportes teóricos utilizados são Saviani (2013), Souza (2012; 2014) e Antunes (2004). Os resultados mostram que ocorreram avanços no ensino primário, como a criação de vinte e seis escolas municipais e quatro grupos escolares (Joaquim Murinho, General Malan, Vespasiano Martins e Nicolau Fragelli). Porém, apesar dos avanços, faltavam escolas, pois, eram criadas nas áreas urbanas, e a maioria da população com idade escolar se encontrava na zona rural. Mas, ao mesmo tempo, ocorre um aumento populacional no município, a transformando nas principais cidades do estado.

Palavras-chave: Ensino Primário, Instituições Escolares, Campo Grande.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de estudo a expansão do ensino primário em Campo Grande. O objetivo é analisar como se deu a expansão das instituições escolares, tanto no âmbito da política como na criação de instituições públicas municipais e os grupos escolares estaduais na cidade. Na metodologia realizamos um estudo bibliográfico sobre o tema e análise das fontes documentais, como regulamentos, legislações, entre outros.

O referencial teórico da pesquisa utilizada é materialista histórica dialética, que parte do pressuposto que a história sempre se modifica e para compreendê-la é necessário compreender a totalidade (a sociedade, economia, política, cultura, entre outros).

Quando o Brasil tornou-se independente de Portugal, no dia 07 de setembro de 1822, promulgaram a primeira Constituição do Império do Brasil, em 1824, porém, a única ressalva a educação estava no inciso 32, no artigo 179, que explanou “XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, 1824). Entretanto, desde o início a educação não era

¹ Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS, Bolsista CAPES, paa.rochal@hotmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em Educação, Faculdade de Educação - UFMS, poroyan@uol.com.br.

para todos, e sim para a minoria privilegiada. A primeira Lei sobre educação ocorreu em 1827, intitulado Lei das Primeiras Letras, em seu texto determinava a criação de escolas em todas as cidades e lugares populosos.

Essa primeira lei de educação do Brasil independente não deixava de estar em sintonia com o espírito da época. Tratava ela de difundir as luzes, garantindo, em todos os povoados, o acesso aos rudimentos do saber que a modernidade considerava indispensáveis para afastar a ignorância. O modesto documento legal aprovado pelo Parlamento brasileiro contemplava os elementos que vieram a ser consagrados como o conteúdo curricular fundamental da escola primária: leitura, escrita, gramática da língua nacional, as quatro operações de aritmética, noções de geometria, ainda que tenham ficado de fora as noções elementares de ciências naturais e das ciências da sociedade (história e geografia). (SAVIANI, 2013, p. 126).

Porém, com o Ato Adicional de 1934, tirou a obrigação do governo central de legislar sobre o ensino primário e secundário, passou a incumbência para as províncias, porém cada província tinha uma economia diversificada, assim sendo, a expansão do ensino primário foi diferente nas províncias/estados nos anos seguintes. São Paulo criou reformas da instrução pública primária que serviu de modelo para outros estados, como por exemplo, Mato Grosso.

Durante a Primeira República foram realizadas quatro reformas da instrução pública no estado de São Paulo, assim consideradas nos estatutos legais: em 1892 (Lei n. 88, de 8 de setembro), em 1920 (Lei n.1.750, de 8 de dezembro), em 1925 (Lei n. 2.095, de 24 de dezembro) e em 1927 (Lei n. 2.269 de 31 de dezembro). (SOUZA, 2012, p. 28-29)

Com as Reformas a instrução pública primária foi reorganizada, ocorreu à expansão das instituições escolares e a criação da nova modalidade: Grupo Escolar³ em 1892, escolas que eram consideradas de melhor qualidade, porém, dependia de mais recursos financeiros. Em 1925 a implantação da Obrigatoriedade e Gratuidade das instituições.

De acordo com Castel (2003) o Estado é mais ou menos obrigado a fazer o social, que é assegurar o mínimo de coesão entre os grupos sociais, e a educação é um desses princípios.

Em Mato Grosso as reformas educacionais começaram a partir de 1873. Em 1910, o Regulamento Instrução Pública Primária foi inspirada na Reforma de 1892 de São Paulo, e criou os Grupos escolares e deu outras providencias:

Art. 1º – O ensino primário no Estado de Mato – Grosso será leigo e administrado à custa dos cofres estatuais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem.

Art. 2º – Haverá para esse fim escolas primárias em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado; entendendo-se por povoados qualquer grupo de habitantes que não residem em terras de propriedade particular e onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de freqüentar a escola. [...]

³ “Cada grupo escolar poderia comportar de quatro a dez escolas isoladas e seria regida pela quantidade de professores referentes a agrupamentos de quarenta alunos, contando também com adjuntos necessários a diretoria. Os alunos seriam distribuídos em quatro classes para cada sexo, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar [...]. A implantação dos grupos escolares ratificou o princípio de igualdade na educação entre os sexos, ao estabelecer igual número de classes para meninas e meninos, princípio consignado na obrigatoriedade do ensino instituído na reforma de 1892”. (SOUZA, 2014, p.62).

Art. 5º – A instrução primária é obrigatória para todas as crianças de sete a dez anos de idade. Para isentarem os filhos e tutelados da frequência da escola deverão os pais e tutores provar.

Assim sendo, o ensino seria leigo, para ambos os sexos e o obrigatório para crianças de sete a dez anos de idade, porém apesar da Lei estar no papel, não se materializou de maneira maciça, a classe trabalhadora⁴ pouco disfrutava desse direito, pois para o capitalismo em Mato Grosso, que era baseado na pecuária, não era necessário uma força de trabalho⁵ qualificada.

Em 1927, promulgou uma nova reforma do ensino primário, com o Decreto n. 759, que expandiu a obrigatoriedade para crianças de 7 a 12 anos e deu outras providências:

Art. 1 – Divide-se o ensino, no Estado de Mato Grosso, quanto à natureza do curso, em:

- a) primário;
- b) secundário.

Art. 2 – Em ambos os graus, o ensino é ministrado em estabelecimentos públicos e pode ser ministrado em estabelecimentos particulares, sujeitos à fiscalização.

Art. 3 – O ensino público primário é gratuito e obrigatório a todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residirem até 2 quilômetros de escola pública.

Art. 4 – Ministra-se o ensino público primário em escolas das seguintes categorias:

- a) escolas isoladas rurais;
- b) escolas isoladas urbanas;
- c) escolas isoladas noturnas
- d) escolas reunidas
- e) grupos escolares.

Art. 5 – São rurais as escolas isoladas localizadas a mais de 3 quilômetros da sede do município.[...]

Art. 12 – A escola isolada é urbana, quando localizada num raio de até três quilômetros da sede do município. [...]

Art. 17 – Os cursos noturnos, em tudo semelhantes às escolas isoladas urbanas, destinam-se aos meninos de 12 para mais, que forem impossibilitados de frequentar as aulas diurnas. [...]

Art. 19 – Quando num raio de dois quilômetros, funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento, que receberá a denominação de “Escolas Reunidas”. [...]

Art. 34 – Os grupos escolares terão, no mínimo, oito classes, e serão criados onde houver, pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar. (MATO GROSSO, 1927).

Ocorreu a divisão do ensino em primário e secundário, além de dividir em cinco categorias as instituições escolares em: escolas isoladas rurais, escolas isoladas urbanas, escolas isoladas noturnas, escolas reunidas e grupos escolares. Observa-se que os grupos escolares era o tipo de instituição mais avançada para época, e por isso precisava de mais recursos, por conta disso, existiam poucos grupos escolares no Estado em comparação às escolas isoladas, pois para esse tipo de escola era destinado poucos recursos.

⁴ “Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletário industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital.” (ANTUNES, 2004, p. 103).

⁵ “Força de trabalho é a capacidade de realizar trabalho útil que aumenta o VALOR das mercadorias. A força de trabalho deve ser diferenciada do trabalho, que é o próprio exercício efetivo da capacidade produtiva humana de alterar o valor de uso das mercadorias e de acrescentar-lhes valor.” (BOTTOMORE, 2001, p. 253).

A última política estadual no período proposto foi a de 1951, Lei Orgânica do Ensino Primário, as providências foram:

Das categorias do ensino primário e de seus cursos:

Artigo 2º - O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

- a) O ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos;
- b) O ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.

Artigo 3º - O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar.

Artigo 4º - O ensino primário supletivo terá um só curso: o supletivo. Capítulo III – Da ligação do ensino com outras modalidades do ensino:

Artigo 5º - O ensino primário manterá da seguinte forma articulação com as outras modalidades de ensino:

- 1 – O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial agrícola.
- 2 – O curso primário complementar com os cursos ginásial, industrial, agrícola e de formação de ensino elementar.
- 3 – O curso supletivo com os cursos de aprendizagem agrícola e com os de artesanato, em geral. (MATO GROSSO, 1951).

De acordo com a referida lei, o ensino primário dividiu-se em ensino primário fundamental para crianças de sete a doze anos, e ensino supletivo para adolescentes e adultos. Observa-se que no momento histórico já existia as modalidades como artesanato, aprendizagem industrial e agrícola para a inserção no mercado de trabalho, pois o capitalismo na região já se fazia necessário à qualificação da força de trabalho.

Mato Grosso uno⁶ por ser uma região territorial extensa, em cada município os avanços educacionais ocorrem de maneira diferente. Por isso, é necessário estudo em cada cidade, e esse projeto de pesquisa visa compreender a expansão das instituições escolares públicas de Campo Grande no período de 1920 a 1970. Nesse período o município fazia parte de Mato Grosso.

METODOLOGIA

Foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos na pesquisa:

Pesquisa Bibliográfica – desenvolvidas por materiais já elaborados, como por exemplo: livros, teses, dissertações e outras publicações que abordam sobre a história da educação, história das instituições escolares, em especial o ensino primário, e História da cidade de Campo Grande, Sul de Mato Grosso.

Pesquisa Documental - serão coletados e depois analisados documentos tais como: legislações, documentos da instituição de ensino tais como. Também serão coletados Jornais e Revistas referentes ao período de 1920 a 1970.

⁶ Denomina-se Mato Grosso Uno o período que antecede a divisão do estado. Desde sua criação até 1977. Quando cria-se Mato Grosso do Sul.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da pesquisa utilizada é materialista histórica dialética, que parte do pressuposto que a história sempre se modifica e para compreendê-la é necessário compreender a totalidade (a sociedade, economia, política, cultura, entre outros). E que pode ser sempre transformada. O método permite segundo Rodríguez (2004) captar as coisas em sua singularidade e a dialética oferece a possibilidade de um conhecimento sintético e completo da realidade em movimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história do município de Campo Grande inicia-se em 1872, quando José Antônio Pereira conhece o território e descobriu que era fértil, assim sendo, começou a elaboração de uma roça. Em 1973, regressa para Minas Gerais para buscar a família e deixa João Nepomuceno como guardião do local em que tomou posse. José Antônio Pereira retornou em 1975 com sua família e uma expedição de sessenta e duas pessoas, com onze carros de bois, que trouxeram diversas sementes e mudas para criarem roça e fixar moradia.

A história oral admite que José Antônio Pereira não é o primeiro desbravador a instalar moradia na confluência dos córregos Prosa e Segredo, ela aponta, também, a existência de uma comunidade negra, no Cascudo, hoje Bairro São Francisco, contemporânea a chegada dos primeiros desbravadores descendentes dos portugueses. Entretanto, esta mesma história oral reconhece que José Antônio Pereira, falecido em 1900, influenciou nos primeiros tempos a sistematização da ocupação do povoado. Ele dirigiu e orientou as demarcações das posses, procurando harmonizar os interesses daqueles que pretendiam se fixar no vilarejo. (WEINGÄRTNER, 1995, p. 04-05).

A primeira atividade que rendeu lucro para a região foi à pecuária, com seu desenvolvimento começou a atrair boiadeiros e comitivas, por conta disso, atraiu novos moradores e outros tipos de atividades lucrativas como armazéns, casas de jogos e pensões.

Em 1889, pela Lei n. 792, criou-se no município de Nioaque o Distrito da Paz de Campo Grande, “[...] dez anos depois, a Lei n. 225, de 26 de agosto de 1899 eleva Campo Grande, à categoria de vila e determina a criação do município, desanexando-o da comarca de Nioaque”. (WEINGÄRTNER, 1996, p. 05).

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil estabeleceu na região em 1904, no período da construção ocorreu o aumento populacional, econômico e desenvolvimento do centro urbano da cidade. “Foi de grande importância a Estrada de Ferro para a expansão local. Atraídos pelo progresso da cidade, moradores de Nioaque, e de outras localidades vizinhas, chegaram a

Campo Grande, em busca de melhorias profissionais, promovendo o seu crescimento populacional.” (GONÇALVES, 2009, p. 110).

“Iniciada a construção da Noroeste, em seus pontos extremos, novo ânimo acelerou o ritmo da vida local a ponto de, em 1912, num abaixo assinado com 1.500 assinaturas, ser solicitado ao governo à elevação da vila a cidade [...]”. (BARBOSA, 1964, p. 33). Porém, apenas em 1918 pela Lei Estadual n.º 772, tornou-se cidade com a denominação de Campo Grande.

Em 1921, ocorreu a mudança de locação do Comando da Circunscrição Militar. Antes estava na cidade Corumbá, passou para a cidade de Campo Grande, que ficou conhecida no período como a capital militar.

Em 1930, Campo Grande encontrava-se com 12 mil habitantes, no aspecto econômico contava com três agências bancárias, mais de 200 estabelecimentos de comércio. A educação contava com várias instituições públicas e privadas. Provido dos principais órgãos administrativos (entre eles estaduais, federais entre outros). Clubes recreativos, iluminação elétrica, abastecimento de água. De acordo com Weingärtner (1995), na década de 1930, o município além de ser considerada a capital militar, também era a capital econômica de Mato Grosso, onde todos os grupos econômicos (pecuaristas, industriais, comerciantes, agricultores, artesãos, etc.) participaram do desenvolvimento econômico.

Em 1932, ocorreu a Revolução Constitucionalista⁷, liderada por São Paulo, e o Sul do Mato Grosso se uniu para a revolução, esperando assim a divisão do estado. Bertoldo Klinger, um dos líderes da Revolução Constitucionalista, divide o Estado, e nomeia a parte Sul em Estado de Maracaju, com Vespasiano Martins como Governador, e Campo Grande tornou-se a capital do novo estado. Porém, ocorre à derrota dos Constitucionalistas, Vargas dissolve o novo estado, e Campo Grande deixa de ser capital político-administrativa.

O período de 1958 é marcado como grande avanço para a divisão do Estado, pois a maioria dos políticos eleitos para a Assembleia Legislativa era da região sul. Por conta disso, recomeça-se a campanha para a divisão do Estado. Em 1961, o então Presidente do País Jânio Quadros, manifesta-se contra a divisão, fazendo o movimento enfraquecer.

⁷ “Os rebeldes paulistas desejavam na verdade recuperar o poder perdido com a “Revolução de 1930”, embora afirmassem à população paulista que o movimento era necessário, pois Vargas governava o país inconstitucionalmente. Assim, a bandeira levantada pela elite paulista para conseguir a adesão dos setores populares era que a revolução tinha como objetivo dar ao Brasil uma constituição. São Paulo rompeu o movimento esperando adesão das elites mineiras e gaúchas, mas estas acabaram se reconciliando com o presidente. Na realidade, São Paulo somente contou com a participação de um pequeno destacamento proveniente do Sul de Mato Grosso e comandado pelo general Bertoldo Klinger”. (CAVALCANTE, 2013, p. 98-99).

De acordo com Cavalcante (2013), com a implantação da Ditadura Militar em 1964, os separatistas tiveram suas vozes silenciadas. Segundo a autora, apenas no início da década de 1970, os sulistas encontraram espaço político para defender a divisão por causa dos interesses militares em integrar a região Amazônica ao capitalismo.

A divisão do Estado de Mato Grosso aconteceu no dia 11 de outubro de 1977, pela Lei complementar n. 31, promulgada pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, a capital tornou-se Campo Grande.

Em relação ao ensino primário, sua expansão em Campo Grande ocorreu a partir do desenvolvimento da cidade, assim sendo, as escolas no início eram isoladas (rurais e urbanas), eram escolas isoladas rurais as “[...] localizadas a mais de 3 quilômetros da sede do município”. (MATO GROSSO, 1927). As escolas isoladas Urbanas “[...] quando localizada num raio de até três quilômetros da sede do município”. (MATO GROSSO, 1927).

Com a expansão populacional começa-se a ter cursos noturnos, escolas reunidas e grupos escolares, eram considerados cursos noturnos “[...] em tudo semelhantes às escolas isoladas urbanas, destinam-se aos meninos de 12 para mais, que forem impossibilitados de freqüentar as aulas diurnas.” (MATO GROSSO, 1927). Observa-se que a principio esses cursos eram só para meninos, além de dar início a preocupação com jovens e adultos analfabetos. Eram escolas reunidas “quando num raio de dois quilômetros, funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento, que receberá a denominação de “Escolas Reunidas”. (MATO GROSSO, 1927). Os Grupos Escolares foram instituídos em Mato Grosso, pela Reforma educacional de 1910, pelo Governador Pedro Celestino (1908-1911 e 1922-1927), “terão, no mínimo, oito classes, e serão criados onde houver, pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar.” (MATO GROSSO, 1927). Por conta do alto número de alunos necessários para a criação dos grupos escolares, poucos foram implantados na cidade.

Em 1922 foi criado o primeiro grupo escolar da cidade de Campo Grande, denominado Joaquim Murinho Decreto n°. 669, de 05 de junho de 1924. No começo, a instituição funcionou em um prédio alugado, na Avenida Afonso Pena (rua central da cidade). O prédio da escola foi inaugurado em 1926, na mesma rua.

Segundo Oliveira e Gonçalves (2010) No ano de 1923, de acordo com relatório do diretor Bartholomeu Lopes dos Santos, funcionavam os quatro primeiros anos do ensino primário com dez classes, sendo classificados de 1º ano A, 1º ano B, 2º, 3º e 4º, com cinco turmas femininas e cinco turmas masculinas. As turmas masculinas eram regidas por professores, enquanto as femininas, por professoras, embora elas pudessem também ministrar

aulas em turmas mistas. Observa-se que existia o mesmo número de classes femininas e masculinas, apesar do período analisado o maior número dos alunos serem do sexo masculino, na escola Joaquim Murтинho o número maior era de alunas.

Tabela 1 – Alunos Matriculados no Grupo Escolar Joaquim Murтинho

Turma	Masculino	Feminino	Total
1º Ano A	87	80	167
1º Ano B	31	43	74
2º Ano	44	45	89
3º Ano	25	27	52
4º Ano	13	16	29
Total	200	211	411

Fonte: MATO GROSSO, Relatório, G.E de Campo Grande, 1923 apud OLIVEIRA; GONÇALVES, 2010.

Desses Alunos, foram eliminados/reprovados 122 alunos, mostrando que existia um alto grau de dificuldade, principalmente para aquelas menos abastadas, pois em muitos casos, as crianças tinham que ajudar os pais no trabalho, para ter o que comer, dessa forma, não conseguiam ter um bom desempenho escolar, das crianças que conseguiam usufruir da escola, pois naquele período estava dando início a expansão do ensino primário.

No ano de 1934, foi inaugurada a escola General Malan, no começo atendendo somente aos filhos de militares, entre a idade de quatro a dez anos.

1- Instituição: Será inaugurada dentro em breve, nesta cidade e bairro Amambaí, uma escola de educação primária e jardim de infância, destinada a ministrar aos filhos dos militares (Oficiais, Sargentos e Praças), que aqui servem as primeiras letras e a instrução primária oficial. A referida escola funcionará no edifício anteriormente destinado para residência do Comandante da Circunscrição, depois das modificações e melhoramentos nele introduzidos consoantes a sua nova finalidade. 2- Diretor: Designo o 1º tem. Léo Nascimento, do 10ª R.C.I., e Chefe da Comissão Desportiva desta Circunscrição, para exercer as funções de Diretor dessa instituição. 3- Matrículas: Acham-se abertas, desde já e até 6ª feira próxima, 2 de março vindouro, as matrículas nessa escola.(BOLETIM DIÁRIO, 1934, nº. 48).

Observa-se que foi o segundo grupo escolar, depois se tornou público não apenas para os filhos dos militares, na década de 1950 foram criados os dois últimos grupos escolares da cidade. Vespasiano Martins e Nicolau Fragelli.

Em relação às escolas primárias municipais, ocorreu uma expansão, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Escolas municipais de ensino primário criadas em Campo Grande (1930-1970)

	Unidade Escolar	Ato Legal (Criação)	Ano da Extinção
1	Escola Municipal Leovegildo de Melo	Ato n. 23, de 12/05/1936	---
2	Escola Municipal de Primeiro Grau “José Roberto”	Ato n. 60, de 16/10/1936	1981
3	Escola Municipal José do Patrocínio	Decreto n. 45, de 11/06/1948	---
4	Escola Municipal Pe. José de Anchieta	Decreto n. 44, de 21/11/1949	---
5	Escola Municipal de Primeiro Grau Luis Gama	Decreto n. 71, de 01/03/1950	1999
6	Escola Municipal Cel. Sebastião Lima	Decreto n. 276, de 18/02/1952	---
7	Escola Municipal Bernardo Franco Bais	Decreto n. 282, de 27/02/1952	---
8	Escola Municipal de Primeiro Grau Aureliano Pereira da Rosa	Decreto n. 358, de 31/01/1953	1981
9	Escola Municipal Isauro Bento Nogueira	Decreto n. 609, de 05/03/1955	---
10	Escola Municipal Santos Dumont	Decreto n. 779, de 03/03/1956	---
11	Escola Municipal Geraldo Castelo	Decreto n. 1.075 de 16/04/1959	---
12	Escola Municipal Kamé Adania	Decreto n. 1.111 de 03/05/1960	---
13	Escola Municipal José Rodrigues Benfica	Decreto n. 1.355 de 06/09/1961	---
14	Escola Municipal Prof. Arlindo Lima	Lei n. 851, de 25/10/1963	---
15	Escola Municipal de Primeiro Grau Pandiá Calógeras	1964	1979
16	Escola Municipal de Primeiro Grau Inspetor Valeriano Maia	Decreto n. 2.057 de 19/04/1966	1978
17	Escola Municipal Pe. José Valentim	Decreto n. 2.077 de 11/06/1966	---
18	Escola Municipal Cel. Antonino	Decreto n. 3.012 de 26/01/1967	---
19	Escola Municipal Prof. Manoel Inácio de Souza	Decreto n. 3.009, de 26/01/1967	---
20	Escola Municipal Prof ^a . Danda Nunes	Decreto n. 3.013 de 27/01/1967	---
21	Escola Municipal de Primeiro Grau “Cristo Luz dos Povos”	Decreto n. 3.107, de 10/10/1967	1976
22	Escola Municipal de Primeiro Grau José Vicente Pereira Neto	Lei n. 1.125 de 23/03/1968	1968
23	Escola Municipal Dr. Tertuliano Meirelles	Decreto n. 3.234 de 16/04/1968	---
24	Escola Municipal João Evangelista Vieira de Almeida	Decreto n. 3.243 de 10/05/1968	---
25	Escola Municipal de Primeiro Grau Dona Neta	Decreto n. 3.337 de 23/10/1969	1989
26	Escola Municipal de Primeiro Grau Santa Ana	Decreto n. 3.972, de 18/10/1975	1998

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2019).

O quadro mostra que ocorreu uma expansão de escolas de ensino primário no âmbito municipal, principalmente na década de 1960, em que foram criadas 14 escolas. Sendo a expansão gradativa, década de 30 e 40 com duas escolas, em 50 com sete escolas, porém na década de 1970 diminuiu com apenas uma escola.

Observa-se que ocorreu uma expansão das escolas, por causa do aumento da população urbana, e também pela demanda de força de trabalho qualificada, dessa forma era necessários trabalhadores que soubessem pelo menos ler, escrever e fazer as quatro operações matemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que quando o Brasil tornou-se independente ficou a cargo das províncias legislarem a respeito do ensino primário, porém, as diferenças regionais, principalmente no aspecto econômico fez com que cada província avança-se ou não na criação e ampliação das escolas.

Dessa forma, Mato Grosso começou a elaborar as suas reformas em 1873. Mas suas principais reformas foram em 1910 em que criou os grupos escolares, que era o tipo de escola mais avançada para época e em 1927, em que dividiu em cinco categorias: escolas isoladas urbanas, escolas isoladas rurais, escolas noturnas, escolas reunidas e grupos escolares.

Em relação à cidade de Campo Grande, ocorreu a formação de quatro grupos escolares, sendo eles: Joaquim Murinho, General Malan, Vespasiano Martins e Nicolau Fragelli, todos no âmbito estadual. Durante o período de 1930 a 1970 foram criadas 26 escolas de ensino primário municipais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2004

BARBOSA, Emilio Garcia. **Esboço Histórico e Divagações sobre Campo Grande**. Campo Grande MS: Tipografia “Pindorama”, 1964.

BOLETIM DIÁRIO DO QUARTEL GENERAL EM CAMPO GRANDE No. 48 e No. 49. 1934.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Disponível em: http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf . Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso 12 jan. 2018.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**.

Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CAVALCANTE, E. **História de Mato Grosso**. 3 ed. Cuiabá-Mato Grosso. Carlini e Caniato, 2013.

GONÇALVES, A. de S. **Os grupos escolares no estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, sul do estado (1910 – 1950)**. Dissertação (mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mestrado em Educação, 2009.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso-22 outubro de 1910**. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114991>. Acesso em 16 jan. 2019.

MATO GROSSO. **Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927**. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114996/Regulamento%20MT%201927%2C%2022%20de%20abril.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jan.2019.

MATO GROSSO. **Lei Orgânica de Ensino Primário**. LEI n. 452 , de 24 de novembro de 1951. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-452-1951.pdf>.

Acesso em 16 jan. 2019.

OLIVEIRA, R. T. C.; GONÇALVES, A. da S. **Os grupos escolares no contexto da política educacional mato-grossense: o grupo escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)**. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.16, n.31, p.59-84, jan./jul. 2010

RODRÍGUEZ, M. V. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardados de Inutensílios**, UCDB: Campo Grande, v. 7 p. 17-30, 2004.

SANFELICE, J. L. **História e Historiografia de Instituições Escolares**. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639716/7283>. Acesso em 17 fev. 2019.

SAVIANI. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 4 ed. 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Escolas municipais de ensino primário criadas em Campo Grande (1930-1970)**. 2019.



SOUZA, R. F. de. **Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil.** In: SAVIANI, Dermeval (Org). O Legado Educacional do Século XIX no Brasil. 3ª. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2014. p, 33-79.

SOUZA, R. F. de. **As Escolas Públicas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil.** In: Araújo, J. C. S.; Souza, R. F. de. PINTO, R. N. Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada. Araraquara-SP. JUNQUEIRAeMARIN editores. 2012. p. 23-77.

WEINGÄRTNER, A. A. dos S. **Campo Grande.** Revista ARCA. n. 5. Editora UFMS. 1995.